

Os efeitos decorrentes da coligação de contratos



EMÍLIA BELO

BACHARELA EM DIREITO PELA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE – UFPE
ESPECIALISTA EM CIÊNCIAS JURÍDICAS PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA
MESTRA EM CIÊNCIAS JURÍDICAS PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Os efeitos decorrentes da coligação de contratos

MP
EDITORA

B39e

Belo, Emília

Os efeitos decorrentes da coligação de contratos / Emília Belo. - 1. ed. -
São Paulo : MP Ed., 2014.
248 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7898-070-2

1. Direito privado. I. Título.

14-15016

CDU: 341

Produção editorial

Mônica Aparecida Guedes

Diretor responsável

Marcelo Magalhães Peixoto

Impressão e acabamento

Yangraf

FONTE	GARAMOND PRO
MIOLO	OFF SET 75G/M ²
CAPA	SUPREMO 250G/M ²
EDIÇÃO	1ª EDIÇÃO – PRIMAVERA DE 2014

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2014
Rua Cincinato Braga, 340 - cj. 122
01333-010 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3467-2676
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br
ISBN 978-85-7898-070-2

*Aos meus amores João Marcelo, Felipe e Letícia.
A minha mãe, Lúcia, e minhas irmãs, Marina e Sofia.*



AGRADECIMENTOS

Para realização desta dissertação foi imprescindível a ajuda de algumas pessoas, que nunca serão esquecidas.

Agradeço a Flávio Queiroz, amigo e chefe inesquecível, que continua influenciando a vida daqueles que tiveram o privilégio de conhecê-lo, mesmo não mais estando presente. Sem dúvida, ele é um grande responsável por esta conquista.

Agradeço a Queiroz Cavalcanti Advocacia, pela amizade de todos os seus integrantes, em especial, a Bruno Cavalcanti, pela disponibilidade e pela atenção, a Camila Oliveira, pelos conselhos eternos, a Manuela Moura, pela amizade, e a Ricardo Varejão, pelo companheirismo e colaboração.

Agradeço a Maria Eduarda, por ter vivenciado comigo inúmeros momentos deste projeto e compartilhado todas as dificuldades e conquistas.

Agradeço à minha família, a meus pais, Lúcia e Mário Jorge (em memória), pelo amor, por estarem sempre presentes, pelo que sou. A meus avós, Edna e Zuilo, pelo exemplo de vida, a Danúzia e Durval (em memória). Agradeço a meus sogros, Sebastião (em memória) e Estela, pelo carinho e amizade.

Agradeço às minhas irmãs, Marina e Sofia, pela preocupação, pela disponibilidade e pela atenção constantes, e às minhas amigas-irmãs Roberta, Taciana, Paloma e Lívia por sempre estarem por perto.

Agradeço, especialmente, a João Marcelo, meu marido, que me apoiou em todos os momentos, tendo me surpreendido dia a dia com sua capacidade de compreender, amar e me dar forças. Este trabalho não é meu, mas nosso. Sem ele, nada disso teria acontecido. Por fim, agradeço a Deus, por tudo.



APRESENTAÇÃO

Esta apresentação não deveria estar sendo escrita por mim. Flávio Queiroz, nosso sócio e mentor, sempre foi o grande incentivador dos projetos intelectuais do nosso escritório. Infelizmente, Flávio nos deixou prematuramente ano passado e não pôde escrever este texto para apresentar o livro da sua “chefita”.

Recebi com felicidade o convite para escrever esta apresentação. Eu e a autora já nos conhecemos há vários anos, desde o momento em que ela passou a integrar o escritório, ainda na condição de estagiária e aluna de Flávio. De lá pra cá, um certo tempo se passou e Emília, hoje mãe de Felipe e Letícia, é a sócia responsável pela área de Direito Imobiliário do nosso escritório.

A passagem pela Universidade Clássica de Lisboa, onde boa parte desta obra foi construída, constituiu-se para Emília um estágio de amadurecimento intelectual. Foi lá que várias ideias germinaram, sendo agora expostas nesta obra que versa sobre os efeitos decorrentes da coligação de contratos.

O livro é instigante e serve para colmatar a lacuna existente no Brasil sobre o tema. Há vários livros já publicados sobre contratos coligados, mas nenhum deles trata com a profundidade e especificidade desta obra sobre os efeitos decorrentes da coligação contratual.

A obra divide-se em 3 (três) partes, cada uma delas versando sobre temas candentes e atuais do Direito Privado.

Na primeira, a autora contextualiza o tema da coligação contratual partindo da evolução histórica dos contratos para lançar um conceito de coligação contratual, daí extraíndo diversos critérios para classificar os contratos coligados e suas figuras afins.

Na segunda parte, Emília inicia o texto descortinando o Direito Civil-Constitucional e os princípios contratuais contemporâneos para lançar as bases do Direito Contratual moderno, os quais servirão de alicerces ao terceiro capítulo, que constituirá, sem dúvida, o momento culminante de suas reflexões. É na terceira e última parte que a autora desenvolve, com profundidade, os efeitos da coligação de contratos, lançando mão de farta doutrina nacional e europeia, em especial portuguesa e italiana, o que certamente aguçará a curiosidade do estudioso do Direito Privado.

Várias reflexões são originais, muitas delas servindo para a resolução de problemas concretos, razão pela qual também o prático achará motivos para se debruçar sobre a obra.

Minha atenção foi especialmente capturada pelo tratamento dado pela autora à exceção de contrato não cumprido entre contratos coligados. O tema quase não é explorado pela doutrina nacional e o texto de Emília é profundo, permitindo muitas reflexões sobre o assunto.

A leitura é interessante, o texto é escoreito, a bibliografia é farta. Tudo que se procura num livro, em especial, nos jurídicos, que costumam ser áduos e de difícil leitura.

Enfim, espero que o livro seja apreciado por todos, tanto teóricos como práticos, servindo para que novos debates sejam fomentados e contribuindo para o desenvolvimento do Direito Privado pátrio.

Por fim, valer registrar um parabéns à MP Editora pela publicação da obra.

Bruno Novaes B. Cavalcanti

Sócio de Queiroz Cavalcanti Advocacia



SUMÁRIO

1. Apresentação do tema	17
Parte I	
Da coligação de contratos	21
2. Da coligação de contratos nas relações econômicas atuais	21
3. Do contrato	24
3.1 Da evolução histórica do contrato	24
3.2 Do contrato na atualidade	27
4. Das formas de coligação de contratos	34
5. Da coligação de contratos – conceito	38
5.1 Da unidade ou pluralidade contratual	39
5.1.1 Dos critérios distintivos entre unidade e pluralidade contratual	42
5.1.1.1 Da causa como critério objetivo distintivo entre a unidade e a pluralidade contratual	46

5.1.1.2 Dos critérios complementares que auxiliam na distinção entre a unidade e pluralidade contratual	52
5.2 Do nexó funcional entre os contratos coligados	55
5.2.1 Do critério identificador da existência de nexó funcional	56
5.3 Do contrato como operação econômica	61
6. Da coligação de contratos – classificação	64
6.1 Quanto à fonte: coligação contratual legal, necessária ou voluntária	64
6.2 Da coligação unilateral e da bilateral	69
6.3 Da coligação entre as mesmas partes ou entre partes distintas – Coligação heterogênea ou homogênea	71
6.4 Quanto à estrutura: coligação contratual em cadeias ou circulares-triangulares	74
6.5 Quanto à finalidade: das coligações com finalidade de consumo e as não consumeristas	76
6.6 Especificação do tema	77
7. Das figuras afins	78
7.1 Dos contratos mistos	78
7.2 Dos contratos complexos	78
7.3 Dos contratos plurilaterais	80
7.4 Da rede de contratos	82
7.5 Do contrato-quadro	86
8. Da interpretação dos contratos coligados	87

Parte II

Da nova teoria dos contratos	97
9. Dos princípios contratuais	97
9.1 Do direito contratual no Estado Liberal	97
9.2. Do direito civil contemporâneo. Perspectiva civil-constitucional	101

9.2.1 Do princípio da dignidade da pessoa humana	105
9.2.2 Do princípio da solidariedade social	107
9.2.3 Da prevalência das relações existenciais sobre as patrimoniais	110
9.3 Dos princípios contratuais contemporâneos	113
9.3.1 Do princípio da autonomia privada	113
9.3.2 Do princípio da relatividade dos efeitos do contrato	119
9.3.3 Do princípio da função social do contrato	125
9.3.4 Do princípio da boa-fé objetiva	132
10. Do direito contratual contemporâneo	140

Parte III

Dos efeitos da coligação de contratos	141
---------------------------------------	-----

11. Dos efeitos decorrentes da invalidade de um contrato em relação aos demais coligados: Possibilidade ou não de aplicação analógica do regime da redução do negócio jurídico	143
12. Dos efeitos decorrentes da extinção de um contrato por revogação, rescisão ou caducidade em relação aos demais coligados: possibilidade ou não de aplicação analógica do regime da redução do negócio jurídico	152
13. Da razão jurídica para a extinção de contratos coligados por perda de eficácia decorrente de invalidade, revogação, rescisão ou caducidade de um deles	157
14. Da aplicabilidade da <i>exceptio nom adimpleti contractus</i> entre contratos coligados	169
14.1 Da <i>exceptio nom adimpleti contractus</i> nos contratos coligados entre as mesmas partes	170
14.2 Da <i>exceptio nom adimpleti contractus</i> nos contratos coligados com partes distintas	174

15. Dos efeitos decorrentes da interpretação em conjunto dos contratos coligados	178
15.1 Do prazo de vigência dos contratos em coligação	179
15.1.1 Necessidade de vigência simultânea de contratos coligados – Definição do prazo de extinção normal dos contratos em coligação	180
15.2 Das cláusulas penais em contratos coligados	188
15.3 Do equilíbrio contratual	190
15.4 Outras repercussões	192
16. Dos deveres das partes em uma coligação de contratos	193
16.1 Da relação obrigacional complexa	193
16.2 Dos deveres principais, secundários e acessórios	195
16.3 Dos titulares dos direitos de crédito em uma coligação de contratos	201
16.4 Da existência de deveres entre os co-contratantes - Exceções legais ao princípio da relatividade dos efeitos contratuais no âmbito da coligação de contratos	203
16.5 Da existência de deveres entre os co-contratantes não previstos legalmente – Exceção ao princípio da relatividade dos efeitos contratuais no âmbito da coligação de contratos	205
16.6 Da ação direta em decorrência dos deveres entre co-contratantes	215
17. Da possibilidade de as partes preverem a ausência de efeitos decorrentes da coligação	219
18. Conclusão	221
Referências	227

I. APRESENTAÇÃO DO TEMA

O contrato é por excelência o instrumento jurídico utilizado para regular as relações jurídicas entre os membros da sociedade. É tema de importância incontestável, sendo objeto de profundo estudo pelas doutrinas nacional e estrangeira.

A realidade negocial, a cada dia, encontra-se mais complexa, e os contratos acompanham essa evolução, adaptando-se ao momento histórico. Hoje as operações econômicas são estruturadas, frequentemente, por uma série de contratos interligados, que apenas em conjunto atingem o fim negocial almejado pelas partes.

A coligação de contratos é uma realidade jurídica, a ponto de podermos concordar com a afirmação de Mosset Iturraspe de que o contrato isolado caminha para ser uma raridade.¹

Não obstante a importância da coligação de contratos, a doutrina não tem concedido ao tema a atenção merecida.

Este trabalho tem por objetivo demonstrar os aspectos gerais dos contratos coligados, identificando essa figura jurídica. Das diversas classificações que serão apresentadas sobre a

1 MOSSET ITURRASPE, Jorge. *Contratos conexos: grupos y redes de contratos*. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni, 1999. p. 25.

matéria, interessar-nos-ão, em especial, as coligações circulares que decorrem da vontade das partes. Ademais, o presente estudo não será realizado à luz das normas protetivas do consumidor, mas com base nas normas de direito civil comum.

O tema da coligação de contratos será analisado diante da realidade jurídica em que nos encontramos, com forte inspiração dos ideais sociais prestigiados pela Constituição Federal Brasileira, que influenciaram o surgimento dos novos princípios jurídicos contratuais da boa-fé objetiva, da função social dos contratos e do equilíbrio contratual.

Demonstraremos que os princípios contratuais clássicos da autonomia da vontade, da relatividade dos efeitos contratuais e da força obrigatória dos contratos continuam sendo aplicáveis, embora não mais sejam absolutos, pois devem se inter-relacionar com os novos princípios contratuais.

É nesse cenário que serão analisados os efeitos existentes entre os contratos coligados, ou seja, as consequências que decorrem de uma operação econômica estar estruturada em mais de um contrato, tema que entendemos o mais relevante no estudo da matéria.

Para análise desses efeitos, é essencial que a interpretação dos contratos coligados se dê de forma sistemática, levando em consideração todos os contratos que se encontrem vinculados. A análise global dos contratos em coligação é imprescindível para que se atenda à própria vontade das partes, que não desejaram celebrar um contrato de forma isolada, mas apenas em conjunto com outros.

O reconhecimento de efeitos entre contratos coligados, como será visto, tem por objetivo a proteção de valores que são reconhecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro e que ficariam desprotegidos se o negócio jurídico fosse apreciado alheio à realidade negocial da coligação de contratos.

Vale frisar, ainda, que a coligação de contratos é tema bastante amplo, que envolve toda a teoria geral dos contratos. A intenção deste trabalho não é, entretanto, de forma alguma, tratar de toda a matéria contratual, mas apenas daqueles temas que interferem mais diretamente no estudo das coligações de contratos.

